

Principais medidas de política econômica do segundo semestre de 2004

POLÍTICA FISCAL

**Lei nº 10.925/2004, de 23.07.04, dos Atos do Poder Legislativo
(Diário Oficial da União nº 142, de 26.07.04)**

Reduz as alíquotas do PIS/PASEP e da Cofins incidentes na importação e na comercialização do mercado interno de fertilizantes e defensivos agropecuários e dá outras providências.

**Medida Provisória nº 219, de 30.09.04, dos Atos do Poder Executivo
(Diário Oficial da União nº 190, de 01.10.04)**

Dispõe sobre o desconto de crédito na apuração da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e da contribuição para o PIS/PASEP e da Cofins não cumulativas e dá outras providências.

**Decreto nº 5.127, de 06.07.04, dos Atos do Poder Executivo
(Diário Oficial da União nº 128, de 06.07.04)**

Reduz a zero as alíquotas do PIS/PASEP e da Cofins dos produtos químicos.

**Decreto nº 5.164, de 30.07.04, dos Atos do Poder Executivo
(Diário Oficial da União edição extra nº 146-A, de 30.07.04)**

Reduz a zero as alíquotas da contribuição para o PIS/PASEP e da Cofins incidentes sobre as receitas financeiras auferidas pelas pessoas jurídicas sujeitas à incidência não cumulativa das referidas contribuições.

Decreto nº 5.297, de 06.12.04, dos Atos do Poder Executivo
(Diário Oficial da União nº 233, de 07.12.04)

Dispõe sobre os coeficientes de redução das alíquotas da contribuição para o PIS/PASEP e da Cofins incidentes na produção e na comercialização de biodiesel sobre os termos e as condições para a utilização das alíquotas diferenciadas e dá outras providências.

Medida Provisória nº 232, de 30.12.04, dos Atos do Poder Executivo
(Diário Oficial da União nº 251-A, de 30.12.04)

Altera a Legislação Tributária Federal corrigindo a tabela do Imposto de Renda-pessoa física (IRPF), bem como as alíquotas da Cofins e da CSLL para empresas prestadoras de serviço.

POLÍTICA MONETÁRIA

Resolução nº 3.209, de 30.06.04, do Bacen
(Diário Oficial da União nº 125, de 01.07.04)

Mantém em 9,75% a.a. a taxa de juros de longo prazo (TJLP), a vigorar no terceiro trimestre de 2004.

Resolução nº 3.210, de 30.06.04, do Bacen
(Diário Oficial da União nº 125, de 01.07.04)

Fixa a meta de inflação, para 2006, em 4,5%, com intervalo de tolerância de menos 2,0 pontos percentuais.

**Resolução nº 3.220, de 29.07.04, do Bacen
(Diário Oficial da União nº 146, de 30.07.04)**

Altera as regras para o cálculo da exigibilidade de aplicações em operações de microfinanças destinadas à população de baixa renda e a microempreendedores. Aplica-se aos bancos comerciais, aos bancos múltiplos com carteira comercial, à Caixa Econômica Federal, bem como às cooperativas de créditos, as quais devem direcionar o mínimo de 2% dos saldos de depósitos à vista para operações de microcrédito, conforme estabelecido pela Resolução nº 3.109, de 2003.

INDÚSTRIA

**Medida Provisória nº 197, de 07.07.04, do Poder Executivo
(Diário Oficial da União nº 130, de 08.07.04)**

Cria o Programa de Modernização do Parque Industrial Nacional (Modernmaq) e dá outras providências. Tal programa tem por finalidade promover e incentivar a modernização geral da indústria e a dinamização do setor de bens de capital, compreendendo financiamentos para a aquisição de máquinas e equipamentos e demais bens de capital.

**Portaria nº 366, de 23.07.04, do Ministro de Estado da Ciência
e Tecnologia (Diário Oficial do Estado nº 143, de 27.07.04)**

Dispõe sobre a aprovação do Programa de Desenvolvimento Tecnológico Industrial (PDTI) de titularidade da empresa Marcopolo S/A e concede os incentivos fiscais que especifica.

**Resolução nº 3.225, de 05.08.04, do Bacen
(Diário Oficial da União nº 151, de 06.08.04)**

Dispõe sobre ajustes no Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras (Moderfrota). Estabelece o

percentual de 9,75% a.a. como parâmetro para assunção de riscos pela flutuação da taxa de juros de longo prazo (TLJP) no curso do financiamento ao amparo desse programa.

**Resolução nº 3.227, de 05.08.04, do Bacen
(Diário Oficial da União nº 151, de 06.08.04)**

Estabelece condições para concessão de financiamentos ao amparo do Modermaq, com aplicação de até R\$ 2.500.000.000,00 (dois bilhões e quinhentos milhões de reais), nos 12 meses seguintes à data de entrada em vigor dessa resolução, em financiamentos destinados a indústrias instaladas no País.

Decreto nº 43.295, de 18.08.04, do Governador do Estado do Rio Grande do Sul (Diário Oficial do Estado nº 119, de 19.08.04)

Institui o Programa RS Competitivo e dá outras providências, objetivando criar mecanismos de indução às aquisições de bens e serviços de empresas gaúchas, com o conseqüente aumento do emprego e da renda no Estado.

Decreto nº 43.371, de 29.09.04, do Governador do Estado do Rio Grande do Sul (Diário Oficial do Estado nº 187, de 30.09.04)

Institui o Programa Capacitação Empresarial (PCE), voltado para empresários de micro e pequenos empreendimentos, e dá outras providências.

Decreto nº 43.398, de 15.10.04, do Governador do Estado do Rio Grande do Sul (Diário Oficial do Estado nº 198, de 18.10.04)

Institui o Programa de Valorização do Conhecimento Tecnológico e da Atividade Inventiva — Tecnologia e Inovação-RS e dá outras providências.

Medida Provisória nº 226, de 29.11.04, do Poder Executivo
(Diário Oficial da União nº 229, de 30.11.04)

Institui o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) e altera dispositivos da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, que trata do apoio ao desenvolvimento de micro e pequenas empresas; da Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, que institui a Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira (CPMF); da Lei nº 9.872, de 23 de novembro de 1999, que trata do Fundo de Aval para a Geração de Emprego e Renda (Funproger); da Lei nº 10.194, de 14 de fevereiro de 2001, que dispõe sobre a instituição de sociedades de crédito ao microempreendedor; e da Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003, que dispõe sobre o direcionamento de depósitos à vista captados pelas instituições financeiras para operações de crédito destinadas à população de baixa renda e a microempreendedores, e dá outras providências.

Lei nº 10.973, de 02.12.04, do Poder Legislativo
(Diário Oficial da União nº 232, de 03.12.04)

Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências.

AGRICULTURA

Lei nº 11.076, de 30.12.04, dos Atos do Poder Legislativo
(Diário Oficial da União, de 31.12.04)

Dispõe sobre o Certificado de Depósito Agropecuário (CDA), o Warrant Agropecuário (WA), o Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio (CDCA), a Letra de Crédito do Agronegócio (LCA) e o Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA). Dá nova redação a dispositivos da Lei nº 9.973, de 29 de maio de 2000, que dispõe sobre o sistema de armazenagem dos produtos agropecuários, da Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992, que dispõe sobre a concessão de subvenção econômica nas operações de crédito rural, e da Lei nº 8.929, de 22 de agosto de 1994, que institui a Cédula de Produto Rural (CPR).

**Medida Provisória nº 223, de 14.10.04, dos Atos do Poder Executivo,
(Diário Oficial da União de 15.10.04)**

Estabelece normas para plantio e comercialização da produção de soja geneticamente modificada da safra de 2005 e dá outras providências.

**Decreto nº 5.250, de 21.10.04, dos Atos do Poder Executivo
(Diário Oficial da União de 22.10.04)**

Regulamenta o art. 3º da Medida Provisória nº 223, de 14 de outubro de 2004, que estabelece normas para plantio e comercialização da produção de soja da safra de 2005 e dá outras providências.

**Instrução Normativa nº 31, de 12.11.04, do Ministério da Agricultura
(Diário Oficial da União, de 17.11.04)**

Aprova os procedimentos de solicitação e expedição de autorização temporária de experimento de campo com planta geneticamente modificada (ATEC/PGM).

**Instrução Normativa nº 30, de 10.11.04, do Ministério da Agricultura
(Diário Oficial da União de 11.11.04)**

Estabelece que os interessados na inscrição provisória de novas cultivares de soja geneticamente modificada no Registro Nacional de Cultivares, previsto no art. 7º, da Medida Provisória nº 223, de 14 de outubro de 2004, deverão solicitá-la mediante requerimento próprio.

**Lei nº 10.925, de 23.07.04, dos Atos do Poder Legislativo
(Diário Oficial da União, de 26.07.04)**

Reduz as alíquotas do PIS/PASEP e da Cofins incidentes na importação e na comercialização do mercado interno de fertilizantes e defensivos agropecuários.